



Tramitação simplificada, ampla desregulamentação

NOVAS NORMAS REDUZEM CUSTO DO CRÉDITO

O BNDES REDUZIU O CUSTO DOS SEUS FINANCIAMENTOS: A SUA TAXA FINAL (SPREAD BÁSICO MAIS SPREAD DE RISCO), QUE ANTES VARIAVA DE 3,5% A 6% AO ANO, CAIU PARA 1% A 5% AO ANO. O SPREAD BÁSICO PASSOU A SER DE 2,5% AO ANO PARA AS OPERAÇÕES EM GERAL E DE 1% AO ANO PARA OS EMPREENDIMENTOS QUE O BNDES DESEJA ESTIMULAR: MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE; EMPREENDIMENTOS DE CUNHO SOCIAL, DE CONTROLE AMBIENTAL E DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; PROJETOS DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL; E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (NESTE ÚLTIMO CASO, O SPREAD BÁSICO ERA DE 2% AO ANO). O SPREAD MÁXIMO DE RISCO TAMBÉM FOI REDUZIDO DE 3% PARA 2,5% AO ANO, E PODERÁ CAIR AINDA MAIS PARA EMPRESAS CUJAS OPERAÇÕES DIRETAS COM O BNDES INCLUAM INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO EMPREGO.

ESTA FOI UMA DAS VÁRIAS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS OPERACIONAIS (POs) APROVADAS EM JUNHO PELA DIRETORIA DO BNDES E QUE ENTRARÃO EM VIGOR NO DIA 1º DE AGOSTO PRÓXIMO. O CONJUNTO DAS ALTERAÇÕES RESULTA EM UMA AMPLA DESREGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO BNDES, COM SIMPLIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES, AGILIZAÇÃO DA TRAMITAÇÃO DOS CRÉDITOS, APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DECISÓRIO E MAIOR FLEXIBILIDADE PARA A MONTAGEM E A ANÁLISE DAS OPERAÇÕES, PROPICIANDO MELHOR RELACIONAMENTO DO BANCO E DOS AGENTES FINANCEIROS COM OS CLIENTES.

OUTRAS MUDANÇAS:

○ A Finame, agência do BNDES que financia a compra de máquinas e equipamentos, passa a financiar até 100% do valor do bem a ser adquirido. O financiamento era antes limitado a cerca de 70% do valor. Também nas operações diretas com o BNDES o nível de participação do Banco no investimento total passa a ser flexibilizado, adaptando-se às necessidades dos clientes e dos empreendimentos.

○ Foi criada uma nova modalidade de apoio às exportações - o "Pré-Embarque Especial". Consiste em financiar até 100% do valor do incremento previsto para as exportações da empresa nos 12 meses seguintes ao pedido de financiamento. O financiamento às exportações constitui o principal instrumento de política industrial disponível para promover o aumento das exportações brasileiras. Esta nova linha de crédito contribuirá fortemente para atenuar os efeitos negativos do chamado "custo Brasil".

○ Foi alterada a forma de fixação do *del credere* (taxa de risco cobrada pelos agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES), antes em torno de 3% ao ano. Os agentes financeiros terão flexi-

bilidade para cobrar taxas maiores ou menores que este percentual.

○ Os agentes financeiros poderão fazer automaticamente operações no valor de até R\$ 7 milhões. O limite máximo anterior era de R\$ 5 milhões. Continuará a possibilidade de, nas operações de desenvolvimento regional, as cartas-consulta das empresas serem encaminhadas diretamente ao BNDES em valores abaixo desse limite.

○ Antes só a Finame financiava a compra de máquinas e equipamentos. O BNDES passará agora a também financiar equipamentos quando incorporados a outros investimentos a serem apoiados, simplificando-se assim o processo de pedido de crédito e sua operacionalização em um único contrato. O financiamento poderá ser de até 100% do valor do bem, como nas operações da Finame. No mesmo caso, também os agentes financeiros passarão a financiar equipamentos, no âmbito do "BNDES Automático".

○ Serão flexibilizados os prazos e a periodicidade da carência e da amortização: passarão a ser estabelecidos em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico tomador do crédito. Anteriormente,

Continua na página 2

□ Há três modalidades de custo financeiro dos financiamentos: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente de 10,15% ao ano; "cesta de moedas" do BNDES, que no período de abril de 1996 a março de 1997 situou-se em 2,11% ao ano; e variação do dólar norte-americano acrescido da Libor.

□ As políticas operacionais do BNDES davam ênfase antes a produtos: havia cerca de 40. Agora a ênfase é dada à montagem da operação. As áreas técnicas ganharam maior autonomia para montar a operação

de crédito de acordo com as características e peculiaridades de cada empreendimento de cada empresa, definindo conjuntamente os créditos do BNDES e Finame e as eventuais participações da Bndespar.

□ Os programas de Apoio à Indústria Têxtil e Coureiro-Calçadista foram prorrogados até 30 de junho de 1998, mas deverão passar por algumas adaptações que não afetarão suas características devido às mudanças agora aprovadas nas normas operacionais.

M anual de operações, antes com quase cem páginas, terá agora menos de dez

NOVAS NORMAS REDUZEM CUSTO DO CRÉDITO (Conclusão)

os prazos eram fixados para cada linha de crédito. Agora, as áreas técnicas do BNDES terão maior grau de autonomia para fixá-los, dependendo das características da operação. Só há limite preestabelecido no caso da Finame: os financiamentos de até R\$ 7 milhões para compra de máquinas terão, como regra, prazo de até cinco anos.

A reformulação das políticas operacionais do BNDES é um processo iniciado em 1996. Uma das razões desta revisão é a maior concorrência a que as empresas brasileiras têm sido expostas, o que criou a necessidade de um suprimento de crédito com condições mais próxi-

mas às disponíveis no plano internacional e com a mesma agilidade nos procedimentos de concessão de crédito.

A reformulação resultou em uma desregulamentação geral da política operacional do BNDES, com a substituição de regras pontuais por regras gerais que, simultaneamente, contemplam

objetivos de desenvolvimento econômico e social do País, levam em conta as características específicas dos empreendimen-

tos e atendem aos objetivos de maximização do valor da carteira e do giro dos ativos do BNDES.

O trabalho foi o resultado de

uma ação conjunta das áreas de Planejamento, Finança e de Crédito, em coordenação com as demais áreas do Banco, com o objetivo de definir uma política operacional

integrada com as políticas financeira e de crédito e, ao mesmo tempo, consolidada para as três empresas - o

BNDES, a Finame e a Bndespar.

Com esta revisão, as políticas operacionais do BNDES, que antes compunham um volume de cerca de cem páginas, foram condensadas para menos de dez. Ficaram mais simples, claras e concisas para os clientes e os agentes financeiros, assemelhando-se às de instituições financeiras internacionais similares que foram pesquisadas, como o Banco Mundial, o Eximbank dos EUA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento do Japão (JDB), o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) e o KfW, o banco de desenvolvimento da Alemanha.

Prazos variam segundo as características de cada operação. Ênfase antes a produtos, agora à montagem da operação

MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE ITAJAÍ

A diretoria do BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 6 milhões destinado a apoiar o programa de revitalização urbano-portuário do município catarinense de Itajaí, com vistas a melhorar as condições de acesso ao porto de Itajaí, criando a infra-estrutura necessária para a sua expansão. Com investimento total previsto de R\$ 8,8 milhões, esse empreendimento vai gerar, inicialmente, 230 empregos diretos e, nos cinco primeiros anos após sua execução, 850 empregos diretos com a instalação de novas indústrias na região.

O projeto consiste na recuperação das condições viárias das avenidas Adolfo Konder e Reinaldo Schmithausen que

dão acesso ao Porto Itajaí, às áreas retroportuárias, armazéns e câmaras frigoríficas existentes na região e à base de apoio marítimo da Petrobrás. Os recursos do BNDES serão também utilizados pelo município para a realização de obras complementares e de vias de ligação e drenagem urbana.

Os benefícios diretos a serem alcançados com as obras estão relacionados à redução de tempo de viagem, à eliminação de custos resultantes de acidentes de trânsito, à garantia do desenvolvimento e crescimento do Porto de Itajaí, além da implementação de um programa voltado para a realocação de indústrias, terminais de carga e instalação de empresas prestadoras de serviços que necessitem de grande movimen-

tação de cargas.

Itajaí está localizada no principal e maior entroncamento rodoviário de Santa Catarina (BR-101, BR-470, SC-470 e SC-486). É um grande entreposto de mercadoria, com um terminal portuário que movimenta 65% de todas as exportações do Estado. Sedia um terminal de distribuição de derivados de petróleo e a base de apoio marítimo da Petrobrás, e conta com numerosas indústrias pesqueiras, estaleiros e empresas transportadoras.

Nos três acessos atuais à BR-101 transitam, aproximadamente, 6 mil veículos por dia. Esse movimento deverá crescer 8% nos próximos cinco anos, após a realização das obras e da ampliação do porto.

INFORME BNDES

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Av. Chile 100
Rio de Janeiro - RJ
Cep: 20139-900
Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-2615
Telex: (21) 34110 / 21857
Endereço na Internet:
<http://www.bndes.gov.br>

BRASÍLIA
Setor Bancário Sul - Conj. 1
Bloco E - 13º andar -
Cep: 70076-904
Tel.: (061) 223-3636
Fax: (061) 225-5179
Telex: (61) 1190

SÃO PAULO
Av. Paulista 460 - 13º andar
Cep: 01310-000
Tel.: (011) 251-5055
Fax: (011) 251-5917
Telex: (11) 35568

RECIFE
Rua Antônio Lumak do
Monte 96- 6º andar
Cep: 51020-350
Tel.: (081) 465-7222
Fax: (081) 465-7861
Telex: (81) 2016

Produzido pela Gerência de Imprensa/Departamento de Relações Institucionais /BNDES
(021)277-7191 / 7096 / 7294 / 7264

E-mail:
imprensa@bndes.gov.br

☐ PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES, LIGUE PARA AS CENTRAIS DE ATENDIMENTO DO BANCO:

Rio de Janeiro:
Tel.: (021) 277-7081
Fax: (021) 220-2615

Brasília:
Tels.: (061) 223-3636
Fax: (061) 225-5179

São Paulo e Recife: Telefones e faxes indicados no quadro ao lado

INFORMAÇÕES

CONSULTE TAMBÉM A HOME-PAGE DO BNDES NA INTERNET:
<http://www.bndes.gov.br>. PODE TAMBÉM SER CONSULTADO O BBS/BNDES, UM SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES A SER ACESSADO VIA LINHA TELEFÔNICA, COM O EMPREGO DE MICROCOMPUTADORES, ATRAVÉS DO NÚMERO (021) 277-6868.

GOVERNO VAI MAPEAR PROJETOS PARA OS SEIS EIXOS DO "BRASIL EM AÇÃO"

O BNDES vai contratar em breve, por licitação pública, um consórcio de empresas e entidades especializadas com a finalidade de identificar oportunidades de investimentos para o setor privado nos seis grandes eixos nacionais de integração e desenvolvimento definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O consórcio deverá também indicar os investimentos em infraestrutura econômica e social necessários à estruturação e à integração desses eixos e que complementem o conjunto de projetos que compõe o programa "Brasil em Ação". Além disso, apontará setores e atividades econômicas com potencial de desenvolvimento naquelas regiões.

As oportunidades de investimentos atrativos para o setor privado a serem identificadas devem ser complementares ou relacionadas aos empreendimentos selecionados pelo programa "Brasil em Ação".

O consórcio ou associação de empresas e entidades técnicas a ser contratado deverá ser formado por, no mínimo: uma empresa privada nacional de consultoria, com experiência em análise e avaliação de empreendimentos, à qual caberá a liderança do proje-

to; e uma empresa privada de consultoria com experiência internacional em análise e avaliação de empreendimentos e em *project-finance*. O prazo para a realização do trabalho será de oito meses.

A identificação desses investimentos será relevante para o planejamento de longo prazo e para o processo de tomada de decisão do Governo Federal, de seus órgãos e agências: a atuação do Governo, tendo em vista o processo de estabilização econômica em curso, ganhará a possibilidade de se orientar por uma estratégia de desenvolvimento espacial, tomando-se por base os eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

EM CADA EIXO, SERÃO ESTUDADOS ECOSISTEMAS, MIGRAÇÕES, ACESSO À EDUCAÇÃO E OS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO

O trabalho será igualmente importante para a elaboração pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, do próximo Plano Plurianual de Aplicações, período 2000/2003; e para o BNDES, por propiciar informações relevantes para a execução do Programa Na-

cional de Desestatização - que se estende agora ao setor de serviços públicos - bem como para a atuação do Banco nas áreas de infra-estrutura, desenvolvimento regional e social e financiamento de empreendimentos privados.

Esses investimentos deverão contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico sustentado e incluirão aqueles que concorrem para a redução do "Custo Brasil", proporcionando ganhos para a competitividade sistêmica da economia.

"GARGALOS" - Cada eixo deverá ser analisado sob as perspectivas econômica, social, ambiental, de informação e conhecimento, institucional e legal, para identificação de investimentos necessários e potenciais. Na análise da infra-estrutura existente, atenção especial deverá ser dada aos "gargalos" que se constituam em obstáculo ao crescimento econômico. Para identificar os setores e atividades econômicas com potencial de desenvolvimento, deverão ser consideradas as perspectivas de crescimento da demanda e as condições de competitividade existentes ou a serem criadas.

Deverão ser também estudados os aspectos sociais e ambientais: serão anali-

sados, por exemplo, os indicadores de acesso da população à educação, habitação, saneamento e saúde; a taxa de crescimento da população, a renda *per capita*, as características da mão-de-obra empregada e sua qualificação; os fluxos migratórios atuais e potenciais; os ecossistemas e seus pontos críticos; os problemas relacionados aos recursos hídricos, quando o constituirão entraves ao desenvolvimento; e os principais "gargalos" quanto à infra-estrutura científica e tecnológica.

A elaboração dos *portfolios* de investimentos deverá ser feita segundo prioridades que considerarão, entre outros, os seguintes fatores: valor do investimento; aumento da produtividade; redução do custo sistêmico da economia; potencial de participação privada; restrições de ordem institucional e legal; impacto ambiental e social; e maximização de benefícios econômicos.

Além disso, o trabalho deverá apresentar, para cada investimento, recomendações com vistas a viabilizar financeiramente a implantação do empreendimento, quando for o caso com a participação da iniciativa privada e com o mínimo de dispêndios governamentais; observará os aspectos de viabilidade econômico-financeira e de riscos; e equacionará eventuais restrições legais e institucionais à implantação dos projetos.

Estudo vai definir oportunidade de investimento privado em todo o País

OS EIXOS

Os seis eixos nacionais, que integram todo o espaço nacional e articulam as regiões ao mercado internacional, são os seguintes:

EIXOS DA AMAZÔNIA: Eixo de Saída Norte para o Caribe / Rodovia BR-174; Eixo de Saída para o Atlân-

tico - Hidrovias do Madeira e do Amazonas

EIXO ARAGUAIA-Tocantins / Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Carajás

EIXOS DO NORDESTE: Eixo Costeiro do Nordeste, Eixo do Rio São Francisco e Eixo Transnordestino

EIXO DO OESTE

EIXOS DO SUDESTE: Eixo Centro-Leste e Eixo de São Paulo

EIXOS DO SUL: Eixo Costeiro do Sul, Eixo da Franja de Fronteira e Eixo da Hidrovia do Paraguai/Paraná.

DESEMPENHO

DESEMBOLSOS SOMAM R\$ 3,96 BILHÕES DE JANEIRO A MAIO

OS DESEMBOLSOS DO BNDES ATINGIRAM O MONTANTE DE R\$ 3,96 BILHÕES NOS CINCO PRIMEIROS MESES DESTA ANO, REPRESENTANDO UM CRESCIMENTO DE 1% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO PASSADO (R\$ 3,91 BILHÕES).

DO TOTAL DESEMBOLSADO, R\$1,3 BILHÃO DESTINOU-SE AO SETOR INDUSTRIAL; R\$ 1,1 BILHÃO PARA INFRA-ESTRUTURA; R\$ 583 MILHÕES PARA O SETOR DE SERVIÇOS; R\$ 494 MILHÕES PARA A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL; E R\$ 398 MILHÕES PARA AGROPECUÁRIA.

CONFORME DEMONSTRA O QUADRO AO LADO, O MAIOR VOLUME DE DESEMBOLSOS FOI PARA O SEGMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA, COM O TOTAL DE R\$ 714 MILHÕES. SEGUEM-SE OS SETORES DE ALIMENTOS E BEBIDAS, COM R\$ 309 MILHÕES; TRANSPORTE TERRESTRE, COM R\$ 260 MILHÕES; E METALURGIA BÁSICA, COM R\$ 172 MILHÕES.

AS CONSULTAS (PEDIDOS DE FINANCIAMENTO) TOTALIZARAM R\$

9,1 BILHÕES, COM UMA QUEDA DE 4% EM RELAÇÃO AO PERÍODO JANEIRO/MAIO DE 1996, QUANDO ATINGIRAM R\$ 9,5 BILHÕES. OS ENQUADRAMENTOS (PEDIDOS ACO- LHI- DOS E PASSÍVEIS DE RECEBER FINANCIAMENTO) TIVERAM CRESCIMENTO DE 18%, TOTALIZANDO R\$ 7,7 BILHÕES ESTE ANO CONTRA R\$ 6,5 BILHÕES NO ANO PASSADO.

NOS CINCO PRIMEIROS MESES DO ANO, OS DESEMBOLSOS PARA A COMPRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SOMARAM R\$ 933 MILHÕES, O QUE REPRESENTOU UMA QUEDA DE 18% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO PASSADO (R\$ 1,1 BILHÃO). DO TOTAL DESEMBOLSADO, R\$ 501 MILHÕES FORAM PARA FINANCIAR A COMPRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO SERIADA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AUTOMÁTICO; R\$ 180 MILHÕES DESTINARAM-SE AO PROGRAMA ESPECIAL, PARA A COMPRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SOB ENCOMENDA; R\$ 148 MILHÕES FORAM NO ÂMBITO DO FINAMEX; E R\$ 102 MILHÕES PARA O PROGRAMA AGRÍCOLA.

DESEMBOLSOS POR SETORES JANEIRO/MAIO

(US\$ milhões)

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	VALOR 1996	VALOR 1997
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	82	494
AGROPECUÁRIA	263	398
INDÚSTRIA	1.678	1.337
Alimentos / Bebidas	429	309
Têxtil / Confecção	84	81
Couro / Artefatos	58	32
Madeira	21	19
Movelaria	12	25
Celulose / Papel	147	161
Produtos Químicos	114	65
Refino Petróleo e Coque	38	14
Borracha / Plástico	62	61
Produtos minerais não-metálicos	92	41
Metalurgia básica	172	172
Fabricação produtos metálicos	60	44
Máquinas e equipamentos	92	129
Fabricação mág. e apar. eletroeletrônicos	78	75
Fabr. e montagem veículos automotores	131	42
Fab. outros equip. de transporte	60	46
Outras indústrias	28	21
INFRA-ESTRUTURA / SERVIÇOS	1.894	1.740
Prod. e distr. eletricidade, gás e água	474	714
Construção	50	48
Transporte terrestre	364	260
Transporte aquaviário	57	64
Transportes - atividades correlatas	39	51
Telecomunicações	155	25
Comércio	94	152
Alojamento e Alimentação	38	50
Intermediação Financeira	561	81
Educação	18	22
Saúde	18	16
Outros	26	257
TOTAL	3.917	3.969

(Fonte: BNDES/AP)

NOVO PROGRAMA APLICARÁ R\$ 500 MILHÕES EM PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

O BNDES lançou o Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior - uma linha de crédito destinada a apoiar financeiramente investimentos das universidades em modernização, reequipamento, informatização, recuperação e ampliação da infra-estrutura física destinada ao ensino, à pesquisa e à administração dessas instituições. O programa tem uma dotação de R\$ 500 milhões.

No caso das instituições de ensino superior privadas, o BNDES poderá conceder financiamentos no valor de

até 90% do investimento total. O prazo para pagamento será de até dez anos, incluída nesse prazo carência máxima de 24 meses. O custo do crédito será calculado à base da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente de 10,15% ao ano, acrescido de 1% ao ano de encargos do BNDES e da taxa do agente financeiro que repassará os recursos e assumirá o risco da operação.

No caso das instituições de ensino superior públicas, a contrapartida dos financiamentos do BNDES é o compromisso da universidade de vender imóveis

não operacionais ou que trazem pouco retorno para a instituição. O financiamento poderá ser de até 100% do investimento fixo de cada projeto. Esse valor estará, no entanto, limitado a 70% do montante a ser apurado no estudo de viabilidade técnica de alienação do patrimônio. O prazo e a carência serão fixados a cada operação. O custo é TJLP mais a taxa do agente financeiro.

Cada instituição de ensino superior deverá apresentar ao MEC seu projeto institucional e o projeto de investimento, responsabilizando-se pelos investimen-

tos e, no caso das instituições públicas, pelo processo de desmobilização patrimonial. Os agentes financeiros credenciados pelo BNDES analisarão a solicitação de apoio financeiro e farão a fiscalização técnica e financeira. Caberá ao BNDES analisar e homologar as operações de financiamento aprovadas pelos agentes credenciados, segundo os critérios estabelecidos em suas normas internas. O MEC fará o acompanhamento técnico e financeiro do projeto institucional e do projeto de investimento de cada uma das instituições.